O SR. CAPITÃO TELHADA - PP - Pela ordem, Sr. Presidente. Para uma comunicação?

O SR. PRESIDENTE - MAJOR MECCA - PL - Só vou fazer a leitura dos oradores, chamar o próximo orador e já passo a palavra para o senhor, Capitão Telhada.

Deputada Ediane Maria. (Pausa.) Deputado Alex Madureira. (Pausa.) Deputada Maria Lúcia Amary. (Pausa.) Deputado Dr. Elton. (Pausa.) Deputado Donato. (Pausa.) Deputada Carla Morando. (Pausa.) Deputado Paulo Mansur. (Pausa.) Deputado Gerson Pessoa. (Pausa.) Deputado Luiz Fernando Ferreira. (Pausa.) Deputado Eduardo Suplicy. Tem V. Exa. cinco minutos regimentais para o uso da tribuna.

Com a palavra, para uma comunicação, o deputado Capitão Telhada

O SR. CAPITÃO TELHADA - PP - PARA COMUNICAÇÃO - Serei breve para não atrapalhar o tempo do deputado Eduardo Suplicy. Primeiro que eu esqueci o nome, quando citei as mulheres que me ajudaram na apresentação do projeto, acabei esquecendo o nome da Patrícia Lafuria. Então está feita aqui a correção e o acréscimo.

rulle de la cilia de la composição de la comunida de la fina de la composição de la composi me, democrática, com o deputado Guto, e ele falou dos deputados da base, então eu tenho que me posicionar nessa questão. porque me lembrei de ontem, da nossa sessão extraordinária, quando estávamos votando um projeto do Governo.

É uma estratégia até que frequente e comum da oposição, dos deputados, dos partidos de esquerda, solicitar a todo momento a verificação de presença. Ontem nós tivemos cinco verificações de presença.

Então, se não são os deputados da base aqui nesta Assembleia, nada aconteceria. No ano passado, por exemplo, nós tivemos uma série de projetos aprovados, tanto dos deputados quanto de iniciativa do governo.

E me lembro muito bem, apesar de ser o meu primeiro ano de mandato - estamos aprendendo nesta Casa -, mas basicamente em todos, a oposição só votou quando os deputados da base já tinham completado o quórum, tanto no método de votação quanto nos requerimentos de urgência, quanto na aprovação ou não dos próprios projetos.

Então, é graças à Maioria e aos deputados da base que nós conseguimos executar, dar andamento, tramitar os nossos anseios aqui na Casa, que são os anseios do povo paulista.

Nós somos representantes do povo, somos votados por cada homem e mulher. Então, parabéns à base, que marca presença, que ontem respondeu às cinco verificações, continuamos as discussões, porque os deputados da esquerda se escondem embaixo da escada. É só colocar uma câmera aqui filmando, que vai ver; é até motivo de gozação isso. Muito obrigado.

O SR. GUILHERME CORTEZ - PSOL - Pela ordem, presidente. É possível fazer uma muito breve comunicação, enquanto o

deputado Suplicy... O SR PRESIDENTE - MAJOR MECCA - PL - Deputado Guilherme, eu poderia conceder a comunicação ao senhor após a

fala do deputado Eduardo Suplicy, por conta do tempo? O SR. GUILHERME CORTEZ - PSOL - Maravilha. Pode ser. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - MAJOR MECCA - PL - Com a palavra, o deputado Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR Caro presidente, Major Mecca, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, tivemos hoje, na Assembleia Legislativa, no auditório Teotônio Vilela, mais uma audiência pública da Frente Parlamentar em Defesa da Cannabis Medicinal e do Cânhamo Industrial.

E, justamente hoje, houve a inauguração da exposição sobre o cânhamo industrial, que justamente eu gostaria até de recomendar a todos os deputados e às pessoas para observarem, visitarem. E vai ficar por um mês.

Depois, essa exposição também vai estar na Câmara Municipal de São Paulo para que conheçamos melhor como é que o cânhamo industrial pode substituir o plástico, pode se tornar material de construção, pode se tornar tecidos, vestidos, roupas, tapetes também.

E sobretudo tem uma qualidade, do ponto de vista da sustentabilidade e de fazer muito melhor, muito bem ao meio ambiente do que os produtos decorrentes do petróleo e outros.

E, por outro lado, nós temos tido uma presença muito significativa de entidades que estão interessadas em expandir a possibilidade de as famílias em geral, inclusive as famílias mais carentes, terem acesso à cannabis medicinal, que é tão importante para melhorar a qualidade de vida, a saúde daquelas pessoas que, por exemplo, tenham doenças tais como o autismo, a Síndrome de Dravet, o Parkinson e tantas outras doenças que atingem as pessoas.

Então, gostaria de dizer que, conforme a reportagem, hoje, do Correio Braziliense, de 26 de março de 2024, "a distribuição de remédios à base de canabidiol pelo Sistema Único de Saúde em São Paulo deve iniciar em maio.

No fim de dezembro do ano passado, o governador Tarcísio de Freitas do Republicanos publicou o decreto que regulamenta o fornecimento de medicamentos à base de CBD e de outros compostos da cannabis medicinal gratuitamente.

De acordo com a Secretaria de Saúde do Estado, pacientes que fazem tratamento para as síndromes de Dravet, Lennox--Gastaut e para esclerose tuberosa serão os primeiros a ter acesso aos novos fármacos. Em abril serão publicados o protocolo clínico e as diretrizes terapêuticas que irão nortear o trabalho dos médicos.

'Fizemos extensa análise das informações existentes na literatura e encontramos evidências suficientes para que se possa recomendar para alguns pacientes portadores dessas três condições clínicas (síndromes de Dravet, Lennox-Gastaut e para esclerose tuberosa) produtos derivados de cannabis, especificamente o canabidiol.

Esses produtos fazem parte de um grupo de medicamentos já aprovados pela Anvisa. Esperamos que nos primeiros meses de 2024 nós já possamos beneficiar esse contingente de pacientes', explica José Luiz Gomes do Amaral, assessor técnico da Secretaria de Saúde.

O deputado Caio França, autor da lei estadual que prevê a distribuição de medicamentos à base de canabidiol no SUS, diz que a iniciativa é um começo e que agora a luta é pela inclusão para que mais patologias possam ter o tratamento. 'Estamos trabalhando para democratizar o acesso a esses medicamentos', disse o deputado Caio Franca.

A regulamentação da distribuição de canabidiol é vista como importante, pois minimiza os impactos financeiros da judicialização e, sobretudo, garante a segurança dos pacientes. considerando protocolos terapêuticos eficazes e aprovados pelas autoridades de Saúde.

'As ações judiciais impactam diretamente o orçamento núblico da Saúde pública, privilegiando direitos individuais em detrimento das políticas públicas estabelecidas no SUS.

Além disso, obrigam o Estado a fornecer produtos sem registro na Anvisa, delimitação de dose de segurança, evidência de eficácia, indicação terapêutica ou controle clínico do uso', aponta o governo de São Paulo."

Eu espero que haja um avanço muito significativo na forma segundo a qual os produtos da cannabis medicinal possam ser de livre acesso a todos que frequentam o Sistema Único de Saúde.

Obrigado, Sr. Presidente.

- Assume a Presidência o Sr. Reis.

O SR. PRESIDENTE - REIS - PT - Muito bem! Encerrado o Pequeno Expediente. Deputado Guilherme Cortez.

- Passa-se ao

GRANDE EXPEDIENTE

O SR. GUILHERME CORTEZ - PSOL - Para uma breve comunicação, presidente

O SR. PRESIDENTE - REIS - PT - Vossa Excelência tem dois minutos.

O SR. GUILHERME CORTEZ - PSOL - PARA COMUNICAÇÃO Presidente, fazendo coro com suas palavras, lamentar também a deplorável rejeição do reajuste salarial dos servidores daqui de São Paulo pela Câmara Municipal. O mesmo acontece na minha cidade, em Franca.

Quero me solidarizar com os servidores municipais de Franca. Na sessão da câmara dessa semana foi aprovada a proposta vergonhosa, imposta pelo Governo, de reajuste salarial dos servidores, que não concede qualquer reajuste real. Apenas repõe as perdas da inflação, e sequer dá um reajuste digno no vale-alimentação dos servidores.

Eu lamento muito. Porque os servidores públicos, nós sabemos que são aqueles responsáveis por fazer serviços essenciais para a população funcionar. Então, se você precisa de uma UBS, precisa de uma creche municipal, precisa de acesso a uma escola municipal, ao transporte público, a um CRAS, assistente social, você tem contato e vai ser atingido, impactado pelo serviço de um servidor público.

Para que a gente possa esperar que esses trabalhadores prestem esse serviço com a mais alta qualidade - porque é isso que quem é atendido pelo serviço público merece - o mínimo é que esses servidores sejam valorizados adequadamente.

Então seguer a gente conseguir em Franca, São Paulo, em tantas cidades do País, dar o mínimo de reajuste real para o salário desses servidores, é um total desestímulo, desincentivo, de governos que não se importam com a qualidade do serviço público.

Portanto, quero me solidarizar com os servidores municipais de Franca. E lamentar a postura da prefeitura que, durante os quatro anos de mandato que teve à frente da prefeitura, não buscou dialogar com os servidores, para construir uma proposta de reajuste digna e adeguada. Esse ano foi a mesma coisa, lamentavelmente, com a anuência da Câmara Municipal.

Espero que, no próximo ano, a gente possa ter uma gestão municipal que, de fato, valorize, respeite e reconheça o trabalho que nossos servidores prestam todos os anos.

Presidente, para concluir mesmo, também quero lamentar um caso lamentável de racismo que aconteceu durante uma partida do campeonato sub-15 de basquete aqui em São Paulo entre o Sesi Franca - que é um dos maiores times, o maior time de basquete do país, da minha cidade, de que tenho muito orgulho -, e o time do Palmeiras.

Mais uma vez, a gente tem um relato de um caso de racismo em uma competição esportiva. A gente não pode tolerar que as quadras, que os ambientes esportivos sejam espaços livres para a intolerância, para a violência, para o preconceito, para a discriminação.

Então, quero me solidarizar com a Luana Leopoldo, a pessoa que foi vítima das ofensas racistas, e colocar o nosso mandato à disposição. Estamos acompanhando esse caso para que as pessoas responsáveis sejam identificadas e punidas. A gente não pode tolerar esse tipo de coisa em espaço nenhum, seguer no esporte.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - REIS - PT - Muito bem.

O SR. CONTE LOPES - PL - Sr. Presidente, para falar pelo Art.

O SR. PRESIDENTE - REIS - PT - É regimental, V. Exa. tem o tempo de cinco minutos.

O SR. CONTE LOPES - PL - PELO ART. 82 - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, vejo de forma interessante o mundo político e o próprio setor da imprensa falando a respeito da prisão de Bolsonaro, que foi lá no Consulado da Hungria dormir lá, sei lá o quê.

Espera aí. Agora pegou no Brasil a mania de se prender político. Deputado Reis, V. Exa. que é policial sabe muito bem que, quando a polícia começa a querer agir, em determinado momento, politicamente, é problemático. É problemático, porque se começa a achar... "Não deu a vacina? Então vamos tentar o consulado. Não deu isso? Vamos tentar outra coisa".

Eu sempre fui contrário a tudo isso. Eu acho que é errado Vi o presidente Michel Temer ser cercado pela Polícia Federal no carro dele, um homem de quase 90 anos, homens com fuzil na mão, como se o ex-presidente Michel Temer fosse um dos maiores assaltantes e estivesse super armado, não é? Foi em via pública, foi parar na cadeia. E um monte de político vai parar na cadeia. Se deve, tem que ir mesmo, né? Agora, depois solta e não se prova nada.

Vejam o presidente Lula. É o atual presidente do Brasil, está hoje com o presidente francês. Ficou quase 600 dias na cadeia. O presidente Lula é culpado ou é inocente? O Supremo Tribunal Federal, o mesmo que está aí baixando determinação contra o Bolsonaro para todo lado, o condenou. O Lula foi condenado em três, quatro instâncias e depois o mesmo Supremo o absolveu: "Vai disputar eleição, não deve mais nada"

Vimos o Moro virar herói nacional, deputado Reis. Em todas as revistas, ele andava pelo mundo todo, igual o nosso ministro Alexandre de Moraes, nas capas como aquele que faz justiça, que combate a todos. É o "paredão", todo mundo é o paredão". E hoje está prestes a ser cassado.

Da mesma forma, o Dallagnol, o promotor público. Então eu acho que estão usando a Justiça brasileira, usando a polícia, o próprio Ministério Público, o Poder Judiciário, trabalhando

Então, veiam o absurdo. Todo dia: vão prender o Bolsonaro porque ele foi ao Consulado da Hungria e dormiu lá? Qual é o crime? Qual é o tipo de crime? Eu não sei, mas é o dia inteiro a imprensa falando isso

A denúncia do Mauro Cid? O Mauro Cid era um capitão, um ajudante de ordens, como o próprio presidente da Casa tem. O governador tem, prefeitos têm. É um capitão que anda com a mala do presidente, marca as audiências, acompanha. Sabe tudo de muitas coisas? Sabe, mas não influencia nada. Não é ele que tem capacidade para definir ou decidir alguma coisa.

Mas não, deixam o cara preso por não sei quantos dias e aí delação premiada. Vai lá o cara falar e depois ele fala na revista 'Veia" - está lá - que o obrigaram a falar tudo aquilo lá. Não adiantava ele falar nada, o que a Polícia Federal queria ouvir era aquilo, que o ministro Alexandre de Moraes já tem a condenação, quem ele vai condenar. Foi ele que falou, não sou eu.

Então, são certas coisas que a gente não consegue entender. Caso Marielle Franco, agora, mesma coisa, tem dois caras presos lá, três, prenderam um delegado. Eu não sei se pode prender um delegado.

Vossa Excelência foi investigador. Você investigou mal. você entra em cana. Eu não sei. Eu juro por Deus, para mim é um absurdo. Eu não sei se o delegado faz parte de quadrilha. Agora, se ele não conseguiu descobrir ele entra em cana, ele vai preso? Vai preso, vai preso direto.

Os outros dois lá. Tem que provar o que eles falaram. Porque também, aqui entre nós, a preocupação é a seguinte, qualquer bandido pode falar qualquer coisa de qualquer um de nós, até de mim

O cara está em cana, está ferrado mesmo, não vai sair, mas foi ele que matou, foi provado que ele matou. Ele está dando o cara errado, ou certo, que mandou ele matar? Espero que seja.

Porque senão nós teremos mais uma injustica. A do delegado, honestamente, não entendi nada. Pode ser, se provar que o delegado ajudou, participou do assassinato. Agora, o cara investigou mal, investigou errado?

Então, realmente, a gente fica meio de orelha em pé, em todos os sentidos. A gente quer justiça, mas não pode ser na palayra de uma pessoa, tem que ser apurado e provar realmente que a pessoa cometeu o crime, senão qualquer um pode ser detido em casa a qualquer momento, porque alguém falou alguma coisa

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. CONTE LOPES - PL - Pela ordem, Sr. Presidente. Havendo acordo de lideranças, solicito a V. Exa. para levantar a sessão.

O SR. PRESIDENTE - REIS - PT - É regimental o requerimento de Vossa Excelência. Sras. Deputadas e Srs. Deputados, havendo acordo de lideranças, esta Presidência, antes de dar por levantar os trabalhos, convoca V. Exas, para a sessão ordi nária de segunda-feira, à hora regimental, sem Ordem do Dia.

Está levantada a sessão. Tenham todos uma excelente tarde

- Levanta-se a sessão às 15 horas e 12 minutos.

Presidência: CARLOS GIANNAZI e REIS

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1° DE ARRII DE 2024

35° SESSÃO ORDINÁRIA

1 - CARLOS GIANNAZI

Assume a Presidência e abre a sessão às 14h.

2 - SIMÃO PEDRO

Por inscrição, faz pronunciamento.

3 - RFIS

Por inscrição, faz pronunciamento.

4 - LECI BRANDÃO

Por inscrição, faz pronunciamento. 5 - REIS

Assume a Presidência.

6 - CARLOS GIANNAZI Por inscrição, faz pronunciamento.

7 - EDUARDO SUPLICY

Por inscrição, faz pronunciamento. 8 - CARLOS GIANNAZI

Assume a Presidência, Parabeniza o deputado Eduardo Suplicy pela sua apresentação musical, no ato "Caminhada do Silêncio", no qual o deputado cantou uma música do Bob Dylan.

9 - EDUARDO SUPLICY

Para comunicação, faz pronunciamento. 10 - REIS

11 - REIS

Por inscrição, faz pronunciamento.

Assume a Presidência

12 - CARLOS GIANNAZI Por inscrição, faz pronunciamento.

13 - EDUARDO SUPLICY

Por inscrição, faz pronunci 14 - EDUARDO SUPLICY

Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças 15 - PRESIDENTE REIS

Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária de 02/04, à hora regimental, com Ordem do Dia. Levanta a sessão às 14h57min.

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Carlos Giannazi.

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e de Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e recebe o expediente.

Dando início à lista de oradores inscritos no Pequeno Expediente, com a palavra a deputada Marina Helou. (Pausa.) Com a palavra o deputado Felipe Franco. (Pausa.) Com a palavra a deputada Ana Perugini. (Pausa.) Com a palavra o deputado Conte Lopes. (Pausa.) Com a palavra o deputado Agente Federal Danilo Balas. (Pausa.)

Com a palavra o deputado Simão Pedro, que fará uso regi

mental da tribuna. O SR. SIMÃO PEDRO - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR Deputado Carlos Giannazi, que preside esta sessão, muito boa tarde, deputada Leci Brandão, demais cidadãos paulistas que acompanham os trabalhos aqui da Assembleia neste primeiro de abril, segunda-feira.

Eu queria, Sr. Presidente, falar justamente sobre esta data. Sessenta anos atrás, deu-se início a uma brutal ditadura militar que durou mais de 20 anos, foi de 64 a 1984, e que gerou um trauma na nossa sociedade, não resolvido até hoje, quase 40 anos depois do final dessa ditadura militar.

O golpe de 64 foi dado justamente para reprimir reivindicações históricas do povo brasileiro, do povo mais pobre, dos trabalhadores rurais, dos trabalhadores urbanos, dos negros que eram reforma agrária, reforma urbana, melhorias na edu cação e na saúde.

E criou-se, como a gente vivia naquela onda da guerra fria, começou-se a falar que João Goulart, que era o presidente legitimamente eleito e que foi deposto, queria implantar o comunismo no Brasil

perseguições, banimentos, exílios de milhares de brasileiros, lideranças políticas e intelectuais, artistas, professores, trabalhadores, sindicalistas, fecharam sindicatos, perseguiu-se o movimento estudantil, as suas organizações.

Então foram anos de trevas, muito negativos. Mas, deputada Leci Brandão, deputado Suplicy, por que nós precisamos falar disso hoje? Primeiro, porque nós precisamos nos lembrar daqueles episódios tristes, da ruptura democrática, para que isso não volte mais a acontecer.

Nós precisamos nos lembrar das consequências disso para o Brasil. Citarei algumas aqui, que foram bem citadas pelo Celso de Barros, que é um sociólogo, funcionário público federal, que escreve aos domingos na "Folha", que eu gosto de

Ele lembra aqui algumas heranças. Por exemplo, antes do golpe de 64, nós tivemos 20 anos de um período democrático. que foram os governos Vargas, Juscelino Kubitschek. Quando se deu o golpe, o Brasil tinha uma dívida externa de três bilhões de dólares.

Os militares deixaram o Brasil com uma dívida externa de 100 bilhões de dólares. Endividaram o Brasil de um jeito que foi duro para o Brasil sair da dívida, principalmente com FMI, que só foi paga nos governos Lula que nós tivemos anteriormente a este.

Brutal êxodo rural. Eu, por exemplo, sou filho disso. Eu nasci em 1964, nasci em cinco de maio, um mês e pouco depois do golpe. Meu pai era camponês, trabalhador rural. Tínhamos um sítio no Paraná, perdemos tudo com a ditadura, viemos para São Paulo em busca de condições de vida. Então isso aconteceu no Brasil inteiro.

Então o êxodo rural era um fenômeno que já existia, mas durante a ditadura isso foi usado, inclusive... É aconteceu o crescimento desordenado das grandes cidades, das grandes metrópoles, sem qualquer segurança para as famílias que

vinham. Houve um crescimento econômico rápido? Sim. Mas também houve um crescimento econômico rápido nas eras Vargas e JK.

Então, falar que isso foi uma coisa boa que a ditadura trouxe para o Brasil é uma falácia, porque já tínhamos crescimento econômico rápido, uma rápida industrialização e urbanização, que durante a ditadura aconteceu, sim, mas não foi nenhuma novidade. A desigualdade de renda na era Vargas e JK caju. mas ela se acentuou de forma muito exagerada na época da ditadura.

Então, pouca gente concentrando muita renda e a grande maioria do povo se empobrecendo. Isso foi uma herança da ditadura militar que a gente sofre até hoje. Então, a desigualdade de renda é um fato interessante. A falsificação dos índices da inflação. A ditadura militar

escondia o real aumento do custo de vida para tentar acalmar a população. Quem denunciou isso foi o Banco Mundial. F que motivou, inclusive, as greves do ABC por reposição salarial conforme a inflação. E daí surgiu o Lula. Então é importante nos lembrarmos, os cartéis das emprei-

teiras que passaram a dominar as obras públicas nesse período da ditadura, sem contar a censura, as mortes, as torturas nas

Ontem teve um belo ato aqui - O deputado Suplicy estava lá -, chamado "Caminhada do Silêncio", que saiu aqui da Rua Tutóia, veio aqui até o local, no Ibirapuera, onde tem homenagem aos mortos e desaparecidos da ditadura.

Então, é muito importante a gente lembrar disso tudo para que não volte a acontecer. Então, da ditadura militar, como disse muito bem Ulysses Guimarães: "nós temos que ter desprezo e nojo", e que nunca mais volte a acontecer. É a democracia é o melhor caminho que nós temos até hoje para ter progresso, desenvolvimento, paz e prosperidade.

Muito obrigado.

O SR PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Dando seguência à lista de oradores inscritos, com a palavra o deputado Paulo Fiorilo. (Pausa.) Com a palavra a deputada Monica Seixas. (Pausa.) Com a palavra a deputada Valeria Bolsonaro. (Pausa.)

Com a palayra a deputada Edna Macedo, (Pausa.) Com a palavra o deputado Rodrigo Moraes. (Pausa.) Com a palavra a deputada Dani Alonso. (Pausa.) Com a palavra a deputada Solange Freitas. (Pausa.) Com a palavra o deputado Sebastião Santos. (Pausa.) Com a palavra a deputada Márcia Lia. (Pausa.)

Com a palavra o deputado Delegado Olim. (Pausa.) Com a palavra o deputado Luiz Claudio Marcolino. (Pausa.) Com a palavra a deputada Thainara Faria. (Pausa.) Com a palavra o deputado Cajo Franca, (Pausa.) Com a palavra o deputado Alex Madureira.

(Pausa.) Com a palavra o deputado Dr. Jorge do Carmo. (Pausa.) Com a palavra o deputado Reis, que fará uso regimental da tribuna

O SR. REIS - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Saudar o presidente, o deputado Carlos Giannazi, o deputado Suplicy, a deputada Leci Brandão, o público presente, os integrantes da Polícia Militar, da Polícia Civil, da Polícia Tecnocientífica, da Polícia Penal, também todos os funcionários desta Casa e aqueles e aquelas que estão em suas residências, deputado Carlos Giannazi, nos acompanhando.

Eu quero registrar aqui a minha visita à cidade de Riolândia. No sábado, domingo, sábado e domingo, foi o aniversário da cidade de Riolândia, 70 anos. Riolândia, primitivamente, a região próxima à confluência do Rio Turvo com o Rio Grande. era habitada por tribos de índios caiapós. E foi lá que os primeiros desbravadores entraram em terras, hoje riolandenses.

Inicialmente, em meados de 1835, o padre Jerônimo Goncalves de Macedo estabeleceu contato com os índios próximos à confluência, onde hoje se localiza a cidade mineira de São Francisco de Sales, e que acabou transpondo o Rio Grande e penetrando em São Paulo pelo Rio Turvo.

Em 1845, alguns dos índios não aceitaram a presença dos homens brancos em suas terras, então se bandearam para o outro lado do Rio Grande, na foz do córrego do Veadinho, formando sua aldeia.

O padre Jerônimo atravessou o rio para catequizar esses índios inúmeras vezes, sempre atravessando de barco, desembarcando na foz do Córrego do Veadinho, córrego batizado por ele por haver muitos veados na região. E então, após essas inúmeras visitas, com a ajuda dos índios, construiu a Capela de Santo Antônio, o santo do dia segundo o calendário cristão.

Após ser obtido êxito na missão pacificadora, vieram diver-

sas famílias paulistas, mas que seguiram o mesmo percurso missionário, isto é, pelo triângulo Mineiro. Assim vieram as famílias Costa Maldonado, Lemos Campos, Santana e Felisbino, que passaram a ocupar as terras do Turvo, mais tarde constituindo um povoado junto ao córrego do Veadinho. Os Maldonado foram a primeira família a se instalar na região. Construíram o primeiro cemitério da cidade que, inclu-

sive, existe até hoje. Embora a povoação tivesse sua formação

em fins do século XIX, somente em março de 1935 foi criado o Distrito de Paz, no Município de Olímpia, com o nome de Veadinho, por conta do córrego que atravessa o local. Em 1938, o Distrito de Paz de Veadinho foi transferido da cidade de Olímpia para o recém-criado município de Paulo de Faria, anteriormente Patos. Em 1944, o nome do distrito foi alterado para Veadinho do Porto. Em 30 de dezembro de 1953,

foi elevado à categoria de município e, após um concurso envol-

vendo toda a cidade, passou à denominação de Riolândia. Então eu quero aqui fazer uma saudação especial a todos os riolandenses. Quero cumprimentar o prefeito Antônio Carlos Santana, que me recepcionou muito bem nas festividades de Riolândia, e também o vice-prefeito Mario Cazu. Também o Santino, que é uma liderança muito importante na região de Riolândia.

Eu pude lá participar da alegria dos riolandenses na comeprospera, tem um povo acolhedor, um povo trabalhador.

A gente tem que vir aqui à tribuna falar e demonstrar a importância de Riolândia para o estado de São Paulo, uma cidade para a qual, pelo que eu percebi, vários parlamentares destinam recursos.

Tinha lá uma lista de vários deputados aqui, colegas meus, inclusive do PT, deputados federais, e pude observar o trabalho do prefeito, um trabalho bastante produtivo. Conversando com cidadãos e as cidadãs Riolandenses, pude observar a satisfação que eles têm de morar nessa cidade que completou 70 anos. Parabéns a todos e a todas de Riolândia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Com a palavra a deputada Ediane Maria. (Pausa.) Com a palavra agora a deputada Leci Brandão, que fará uso regimental da tribuna.

A SRA. LECI BRANDÃO - PCdoB - SEM REVISÃO DO ORA-DOR - Excelentíssimo Sr. Presidente - era o deputado Giannazi e agora é o deputado Reis -, ainda há pouco o nosso querido parlamentar Simão Pedro falava sobre a questão da ditadura. Ele dizia que a democracia é o melhor caminho, e eu também concordo, deputado. Ouarenta anos de "Diretas Já" e 60 anos do golpe militar

marcou 20 anos de ditadura no nosso país. Como não poderia deixar de ser, muitas das pessoas que se contrapõem e que defendem os direitos humanos, os direitos sociais e os princípios democráticos estão se manifestando de diversas formas. Entre essas pessoas, eu queria destacar o posicionamento do ministro, meu querido ministro Silvio Almeida, que está

de 64 no dia 31 de marco de 2024. O golpe militar de 64

fazendo uma excelente gestão à frente da pasta de Direitos Humanos e por quem tenho profunda admiração.

É um dos ministros que eu mais aplaudo no governo Lula. Em entrevistas e em postagens feitas ontem em suas redes